

2. ANÁLISE de VIABILIDADE

2.1 Análise e comparação entre soluções/contratações identificadas:

Justificativa (caso haja apenas uma solução no mercado)

Pode ser utilizada a planilha abaixo para especificar as soluções identificadas:

Solução	Solução 1	Solução 2	Solução 3
Descrição			
Vantagens			
Desvantagens			
Atende (Sim/Não)			

2.2 Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)

Solução escolhida	Única solução.
Justificativa	A modernização dos consultórios se faz necessária para a continuidade da prestação de um serviço de excelência, tendo em vista que os equipamentos atualmente existentes são antigos e já bastante desgastados pelo tempo.
Valor estimado	683.368,07
Outros	

2.2.1 Alinhamento Estratégico

<http://portal.trt15.jus.br/plano-2021-2026>

Selecione abaixo:

Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

2.2.2 Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)

<input checked="" type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações
<input type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários
<input type="checkbox"/>	Condecoração de autoridades em eventos promovidos por este Tribunal
<input checked="" type="checkbox"/>	Outro benefício: Melhoria no atendimento odontológico

2.2.3 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado

2.2.4 Necessidade de adequação do ambiente do Tribunal para viabilizar execução do serviço

<input type="checkbox"/>	Alteração de layout
<input type="checkbox"/>	Instalação elétrica
<input type="checkbox"/>	Instalação lógica
<input type="checkbox"/>	Instalação de divisória
<input type="checkbox"/>	Outra adequação:

2.2.5. Há algum impacto ambiental na contratação deste serviço

Não

3. SUSTENTAÇÃO do CONTRATO

3.1 Selecione as opções abaixo para análise quanto à existência ou não de contrato:

<input type="checkbox"/>	Entrega imediata e integral ACIMA de 30 dias	
<input checked="" type="checkbox"/>	Obrigação futura, como, por exemplo, assistência técnica (EXCETO garantia do serviço ou fornecimento) ou por ser praxe de mercado a existência de contrato.	Tem contrato

TEM CONTRATO, preencha os itens abaixo:

3.2. Ações de transição contratual e de encerramento contratual

Não se aplica

É necessário sobreposição contratual?

Não se aplica

3.2.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos da execução e a manutenção da contratação

Não se aplica

3.2.2. Devolução de recursos materiais

Não se aplica

3.2.3. Prazo de vigência do contrato a ser firmado e se poderá ser prorrogado.

1 (um ano) para assistência técnica e manutenção sem prorrogação.

4. ESTRATÉGIA para a CONTRATAÇÃO

4.1 Natureza do objeto

Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

4.2 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)

<input checked="" type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade		
<input checked="" type="checkbox"/>	Grupos com vários itens	Justificativa:	Via de regra adjudicação por item sendo apenas um grupo com vários itens pois trata-se de equipamentos que precisam de compatibilidade.
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:	

4.3 Classificação do bem comum ou não: É possível especificar o serviço/objeto usando parâmetros usuais de mercado?

Sim	
Justificativa:	Bem comum, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado

4.4 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas

Pregão eletrônico
4.4.1 Forma de julgamento: Menor preço
4.4.2 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens) Por grupo. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço
4.4.3. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações). Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021. Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso. Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

4.5 Classificação orçamentária com indicação da fonte de recurso

A ser oportunamente preenchida pela Secretaria de Orçamento e Finanças.

4.6 Equipe de Gestão da Contratação com indicação dos integrantes

Gestor do Contrato:	Sérgio de Oliveira Cordeiro
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Priscila Aguiar Rezende
Fiscal Técnico do Contrato:	Elaine Justino Santos
Fiscal Administrativo	André Luis Tomadão (titular) e Carlos Rodrigues da Silva (suplente)

5. PREVISÃO DE CUSTOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

R\$ 683.368,07 (doc. 14)

6. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?
Não
6.1 Fundamentação para a opção por SRP:
Não se aplica
6.2 Histórico de consumo:
Não se aplica
6.3 Estimativa de consumo:
Não se aplica
6.4 Quantidade para Consumo Imediato:
Não se aplica
6.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:
Não se aplica
6.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:
Não se aplica
6.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?
Não se aplica
6.8. Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique
Não se aplica

7. SUSTENTABILIDADE			
Há critérios de sustentabilidade a serem observado?			
Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:			
Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:			
Grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério	Descrição (NOVO GUIA - é necessário copiar e colar aqui)
		2	<p>Observar as seguintes recomendações, constantes do "Guia Prático para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho (RESOLUÇÃO CSJT Nº 310, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021): A contratada deverá proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305/2010 e o Decreto nº 10.936/2022, vez que o Decreto 5.940/2006 foi recem revogado. Além disso, a contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:</p> <p>a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e</p> <p>b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; • Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; • No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); • Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; • No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); • Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; • No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.
Há especificação de ROHs?		Não	Não se aplica
Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:			
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT:			
Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição			

8. ARQUIVOS	
Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?	
Não	
No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:	
Não se aplica	

9. VISTORIA / VISITA TÉCNICA	
Há previsão de vistoria/visita técnica?	
Facultativa	
Se sim. Justificar:	Tendo em vista que a instalação de alguns equipamentos vai ficar a cargo do licitante vencedor, pode ser de interesse dos participantes uma vistoria prévia para avaliar as condições da prestação do serviço.
OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)	
9.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):	
Entrar em contato com Cíntia, Fernando ou José Carlos, no telefone 19-3231-9500, ramais 2606 ou 2607, ou pelo e-mail saude.adm@trt15.jus.br.	

10. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)	
A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.	
<input checked="" type="checkbox"/>	Operacional: Apresentação de um ou mais atestados de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantitativos e prazos com o objeto desta licitação, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, em consonância com o Acórdão TCU 2742/2015 - Plenário.
<input type="checkbox"/>	Registro da empresa no respectivo conselho profissional: Não se aplica
<input type="checkbox"/>	Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico). Não se aplica
<input type="checkbox"/>	Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade. Não se aplica

11. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?	
Não	
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc):	Não se aplica

12. AMOSTRA	
Considerações Gerais: 1. Analisar a razoabilidade do pedido de amostra, se não pode ser substituído por folders, material técnico-ilustrativo, etc, considerando que TODO pedido de amostra encarece o objeto. 2. Da mesma forma, caso seja imprescindível a solicitação de amostra, requisitar apenas quantitativo mínimo suficiente para análise. 3. Considerar que objetos de alto valor, de grandes dimensões ou peso, dificilmente são disponibilizadas amostras para envio. 4. Fazer constar se a amostra enviada poderá ser destruída para sua devida análise e, caso seja imprescindível, justificar.	
12.1 Haverá solicitação de amostra ANTES ou DEPOIS da homologação do certame, para empresa arrematante? Sim Se sim, discriminar trâmite (quantidade, prazo, critério análise, etc) para apresentação: Poderá ser catálogo técnico a ser entregue aos cuidados do demandante técnico.	
12.2 No caso de exigência de amostra, sugira qual prazo viável para licitante confeccionar/encaminhar amostra: 3 dias	
12.3 No caso de solicitação de amostra, é necessário definir OBJETIVAMENTE os critérios de análise para aceitação, além das especificações (exemplo pasta para congresso: analisar zíper sem travamentos, material sem rebarba, costuras retílineas) Todos os itens serão objeto de análise por meio de amostras que deverá ser entregue material ilustrativo de cada item indicado, cuja conformidade com as especificações constantes da tabela será analisada em até 5 dias úteis.	
12.4 Caso o objeto tenha grandes proporções, poderá ser encaminhada um exemplar menor do objeto? (por exemplo no caso de placa de divisória com 2m pode ser encaminhada amostra de 30cm x 30cm) Não Se sim, qual o tamanho mínimo?	
12.5 Caso a amostra seja aprovada, a unidade poderá ser descontada do quantitativo a ser adquirido? Não	
12.6 É prevista marca de referência? Sim Se sim, a amostra será dispensada caso seja proposta a marca de referência? Sim	
12.7 documentação específica, será exigida documentação específica como material técnico ilustrativo, manual, laudo, certificação como ABNT, etc (indicar qual documento)? É permitida a utilização de materiais ilustrativos para as amostras.	

13. PRAZOS			
13.1 Prazo de entrega		Máximo 45 dias após o recebimento da Nota de Empenho para entrega e instalação, incluída aqui a desinstalação dos equipamentos em 4 das salas.	
13.2. Garantia		12 (doze) meses a partir da data de instalação para todos os equipamentos adquiridos. O prazo para atendimento à garantia on-site por parte da empresa, após solicitação do Tribunal é de 5 (cinco) dias úteis. Para item 13 a garantia mínima devida ser de 2 (dois) anos.	
Ou utilizar a tabela			
Grupo / Item	Descrição sucinta do item	Prazo de garantia	Especificações da garantia
13.3 Prazo de Validade		Não se aplica	
13.4 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais) A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de: 1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato; 2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e 3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato. 5%			
Justificativa	O não cumprimento do contrato seria de enorme prejuízo para prestação dos serviços de assistência odontológica aos servidores e magistrados.		

14. LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA DOS BENS	
Endereço:	Rua Dr. Quirino, 1080, 6º andar, Centro, Campinas/SP
Dias da semana:	De 2ª a 6ª feira
	Outro:
Horário:	das 12h as 18h

No caso de necessidade de agendamento prévio, indicar nomes e telefones e/ou ramais dos contatos:	Entrar em contato com Cíntia, Fernando ou José Carlos, no telefone 19-3231-9500, ramais 2606 ou 2607, ou pelo e-mail saude.adm@trt15.jus.br para agendamento da vistoria, entrega e instalação com, pelo menos, um dia útil de antecedência. Observar limitações quanto ao elevador para transporte dos equipamentos ao 6º andar, cujas medidas internas são 1,32m x 1,42m com pé direito de 2,23m
--	--

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
As obrigações a serem explicitadas devem ser em <u>relação ao objeto da contratação</u> , como, por exemplo: - A empresa deverá agendar, com mínimo de 24 horas, a data de entrega do objeto - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, este TRT poderá retirar "X" amostras do objeto contratado para envio a laboratório acreditado para verificação quanto ao atendimento às especificações, como ABNT, qualidade pó de café, etc sendo que as despesas deverão ser arcadas pelo fornecedor.
Especificações:
15.1. Obrigações da Contratante (TRT)
"O TRT se compromete a efetuar, no prazo estabelecido neste instrumento, o pagamento dos materiais efetivamente fornecidos e recebidos definitivamente pela Secretária de Saúde deste TRT."

15.2. Obrigações da Contratada
<p>"O FORNECEDOR se obriga a :</p> <p>- Realizar visita técnica prévia à instalação com pessoal qualificado para realização de croqui em um dos consultórios, no qual ainda não há nada instalado. Nesse croqui deverão constar as necessidades elétricas e hidráulicas para perfeito funcionamento do equipamento a ser instalado.</p> <p>- Fornecer os produtos em perfeito estado de conservação;</p> <p>- Dispor de meios para armazenamento e transporte dos produtos, garantindo a sua perfeita conservação, conforme as normas técnicas pertinentes e as especificações do fabricante.</p> <p>- Retirar adequadamente, quando for o caso, os equipamentos anteriormente instalados em 4 dos consultórios localizados no 6º andar. Serão retirados os equipamentos que forem ser substituídos pelos novos, e os antigos deverão ser embalados e armazenados na sobreloja do edifício indicado, possibilitando a instalação dos novos equipamentos.</p> <p>- Todos os materiais de descarte resultantes dos serviços de instalação executados pela contratada deverão ser removidos e descartados de forma ambientalmente adequada.</p> <p>- Entregar os equipamentos adquiridos nas dependências do 6º (sexto) andar do edifício indicado, observando as dimensões dos elevadores de 1,32 m x 1,42m com pé direito de 2,23m.</p> <p>- Durante prazo de vigência da garantia realizar manutenções preventivas periódicas a cada 3 (três) meses.</p> <p>- Oferecer garantia "on-site" de 12 (doze) meses e atender aos chamados em ate 5 (cinco) dias úteis sempre com visitas agendadas previamente. Em casos de re Chamado para mesmo problema o prazo é de 3 (três) dias úteis. Nos casos em que seja necessário remoção do equipamento para realização de manutenções corretivas e/ou preventivas, a retirada, transporte e reinstalação ficará a cargo do fornecedor. Toda manutenção realizada deve constar de laudo descritivo dos serviços realizados e peças substituídas, que deverão estar incluídas na garantia. Única exceção é o item 13 cujo tempo de garantia mínima deve ser 2 (dois) anos.</p> <p>- Não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI da Lei n.º 8.666/1993, salvo se previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério.</p> <p>- Observar todos os protocolos vigentes à época quanto à disseminação do vírus Covid-19 bem como cuidar para que seus colaboradores estejam de posse do comprovante de vacinação quando da prestação de serviço nas dependências do TRT.</p> <p>- Observar as seguintes recomendações, constantes do "Guia Prático para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho (RESOLUÇÃO CSJT Nº 310, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021): A contratada deverá proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305/2010 e o Decreto nº 10.936/2022, vez que o Decreto 5.940/2006 foi recem revogado. Além disso, a contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:</p> <p>a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e</p> <p>b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; • Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; • No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); • Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; • No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); • Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; • No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. <p>RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR</p> <p>- O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do material entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.</p> <p>- O FORNECEDOR será responsabilizado civilmente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos materiais adquiridos.</p> <p>PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO</p> <p>O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema.</p> <p>ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada."</p>

16. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO			
16.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:			
Gestor do Contrato:		Sérgio de Oliveira Cordeiro	
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):		Priscila Aguiar Rezende	
16.2 Definição de etapas de entrega, com cronograma			
Não se aplica			
16.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento			
Não se aplica			
16.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia			
Não se aplica			
16.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do contrato entre órgão e contratada			
Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	

<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Secretaria de Saúde
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Outra		

16.6 Forma de recebimento provisório e definitivo

- O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos materiais, atendidas as especificações constantes no edital e apresentadas as respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, ocasião em que será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea "a" da Lei nº 8.666/93.

- O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório ou, contado a partir da instalação quando for o caso, quando será emitido o termo de recebimento definitivo, em consonância com o artigo 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93, apresentada a respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pela Secretaria de Saúde.

- Na ocorrência de qualquer circunstância que desaprove o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades, não podendo o FORNECEDOR, em nenhuma hipótese, interromper os demais fornecimentos eventualmente pendentes, sendo que durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa do FORNECEDOR, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro."

16.7 Forma de pagamento

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

16.8 Sanções

- Fica estabelecida a seguinte multa sobre o valor dos produtos entregues em atraso, contada a partir do prazo final definido neste Termo de Referência, a qual será descontada na fatura por ocasião do pagamento:

- multa de 0,3% (três décimos) por dia.

- As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por cancelamento do ajuste por culpa do FORNECEDOR, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.

- Na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do FORNECEDOR. Inexistindo crédito em favor do FORNECEDOR, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento – AR", sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

- A aplicação da multa estabelecida nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.

- Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao FORNECEDOR o contraditório e a prévia defesa.

- Se o FORNECEDOR não efetuar a entrega dos materiais em até 05 (cinco) dias após o prazo previsto, poderá ensejar, por sua culpa, a rescisão do ajustado.

- A rescisão do ajuste por culpa do FORNECEDOR, por inexecução do ajustado ou pela não entrega dos materiais, implicará pagamento de multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor total adjudicado.

- Os dias em atraso serão contados a partir da data em que a obrigação deveria ter sido satisfeita.

- Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT.

- O prazo para atendimento da garantia por parte da empresa, após solicitação do Tribunal é de 5 (cinco) dias, ficando estabelecida a seguinte multa em caso de atraso no cumprimento do prazo, a qual será descontada na fatura por ocasião do pagamento:

- multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia.

- o limite para imposição de multa para atrasos de qualquer natureza é de 10% do valor do contrato.

16.9 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)

Conforme tabela, dividida por grupos.

17. ANÁLISE de RISCOS

Risco 1	Impugnação durante o processo de licitação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Atrasos na contratação		
Ação Preventiva		Responsável	
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei.		Gestor	
Ação de Contingência		Responsável	
Alteração do edital se pertinente e/ou caso haja contrato, renovação excepcional deste.		Gestor e Coord. Licitações e Contratos.	

Risco 2	Falta de orçamento para concluir a contratação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Indisponibilidade do serviço		
Ação Preventiva		Responsável	
Previsão no Plano de Contratações		Gestor	
Ação de Contingência		Responsável	
Verificação de outra dotação que possa ser deslocado o valor para esta contratação.		Gestor	

Risco 3	Licitação fracassada ou deserta		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Inviabilizar a contratação		
Ação Preventiva		Responsável	
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei. Consulta aos fornecedores qualificados para adequação das características técnicas de forma a ampliar a concorrência.		Gestor	
Ação de Contingência		Responsável	
Reedição de nova licitação		Gestor	

Risco 4	Atraso na licitação		
Probabilidade	Baixa	Impacto	Alto

Dano	Indisponibilidade do serviço
Ação Preventiva	Responsável
Início do DOD com antecedência	Equipe de planejamento da contratação
Ação de Contingência	Responsável
Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos	Gestor

19. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Contratação é viável?

<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

Data:	18/02/2022			
Integrante Demandante:	Sergio de Oliveira Cordeiro			
Integrante Técnico:	Elaine Justino dos Santos			
Integrante Administrativo:	Titular:	Christiano Carneiro Ferreira	Suplente	Douglas Suetsugo Mitsuse

ANEXO

TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO – Parte 1

1. Objeto da Contratação

1.1 Descrição resumida do Objeto:

Aquisição de equipamentos odontológicos para renovação dos consultórios de atendimento a magistrados, servidores e seus dependentes deste Tribunal.

2. Fundamentação da contratação

2.1 Motivação

Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)

Solução escolhida	Única solução.
Justificativa	A modernização dos consultórios se faz necessária para a continuidade da prestação de um serviço de excelência, tendo em vista que os equipamentos atualmente existentes são antigos e já bastante desgastados pelo tempo.
Valor estimado	683.368,07
Outros	

2.2 Benefícios esperados (resultados a serem alcançados, objetivos)

<input checked="" type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações
<input type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários
<input type="checkbox"/>	Condecoração de autoridades em eventos promovidos por este Tribunal
<input checked="" type="checkbox"/>	Outro benefício: Melhoria no atendimento odontológico

2.3 Alinhamento Estratégico

[.\(http://portal.trt15.jus.br/plano-2015-2020\)](http://portal.trt15.jus.br/plano-2015-2020)

Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

2.4 Referência aos Estudos Preliminares

3654/2022

2.5 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado

2.6 Natureza do objeto

Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

2.7 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)

<input checked="" type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade	Justificativa:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Grupo com vários itens	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:	

2.8 Impacto ambiental

Não

3. Gestão do Contrato

3.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:

Gestor do Contrato:	Sérgio de Oliveira Cordeiro
---------------------	-----------------------------

Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Priscila Aguiar Rezende
--	-------------------------

TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO MERCADO

Catálogo (CATMAT/CATSER)

1. Objeto da Contratação

1.1 Descrição resumida do Objeto:
Aquisição de equipamentos odontológicos para renovação dos consultórios de atendimento a magistrados, servidores e seus dependentes deste Tribunal.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto:
"Aquisição de equipamentos odontológicos para renovação dos consultórios de atendimento a magistrados, servidores e seus dependentes deste Tribunal. Os produtos deverão ser fornecidos de acordo com as especificações detalhadas, instalados e prontos para uso, inclusive os acessórios necessários para instalação. Para isso os licitantes podem agendar visita técnica para avaliação prévia. Tal visita é facultativa aos licitantes interessados, mas obrigatória ao licitante vencedor do certame para realização de um croqui da instalação. A empresa contratada deverá substituir os equipamentos novos pelos existentes nos consultórios, promovendo a adequada desinstalação e acondicionamento dos equipamentos desinstalados, transportando-os para a sobreloja do mesmo Edifício Sede Administrativa do Tribunal. Não há exigência de que os equipamentos a serem desinstalados/desmontados sejam embalados em materiais específicos, sendo que a empresa que for contratada ficará responsável pelo acondicionamento adequado dos equipamentos desinstalados, de forma que possam ser transportados até a sobreloja e não fiquem expostos à poeira ou outras coisas que possam prejudicar suas condições de uso, até que tenham a destinação adequada. A empresa vencedora ficará responsável por fornecer todos os materiais a serem utilizados para a embalagem dos equipamentos desinstalados. A relação com as descrições dos grupos e itens e as especificações dos materiais constam da tabela em anexo (doc. 17)"

Ou utilizar a tabela:					
Grupo/ Item	Descrição	Qtidade	Unidade	Marca / Modelo de referência	Observações

1.2.1. Informar para quais itens é exigida marca/modelo específico obrigatório (Se sim, a indicação de marca deve ser respaldada de justificativa robusta, como manutenção de padrão já existente, compatibilidade, garantia de equipamentos, etc)

2. Forma e critério de seleção

2.1.1 Forma de julgamento:
Menor preço
2.1.2 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)
Por grupo. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço
2.1.3. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).
Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.
Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.
Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.
2.2 É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?
Não
2.2.1 Fundamentação para a opção por SRP:
Não se aplica
2.2.2 Histórico de consumo:
Não se aplica
2.2.3 Estimativa de consumo:
Não se aplica
2.2.4 Quantidade para Consumo Imediato:
Não se aplica
2.2.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:

3.4 HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?	
Não	
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc):	Não se aplica

4. Vistoria	
Há previsão de vistoria/visita técnica?	
Facultativa	
Se sim. Justificar:	Tendo em vista que a instalação de alguns equipamentos vai ficar a cargo do licitante vencedor, pode ser de interesse dos participantes uma vistoria prévia para avaliar as condições da prestação do serviço.
OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)	
4.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):	
Entrar em contato com Cíntia, Fernando ou José Carlos, no telefone 19-3231-9500, ramais 2606 ou 2607, ou pelo e-mail saude.adm@trt15.jus.br.	

5. Amostra	
Considerações Gerais: 1. Analisar a razoabilidade do pedido de amostra, se não pode ser substituído por folders, material técnico-ilustrativo, etc, considerando que TODO pedido de amostra encarece o objeto. 2. Da mesma forma, caso seja imprescindível a solicitação de amostra, requisitar apenas quantitativo mínimo suficiente para análise. 3. Considerar que objetos de alto valor, de grandes dimensões ou peso, dificilmente são disponibilizadas amostras para envio. 4. Fazer constar se a amostra enviada poderá ser destruída para sua devida análise e, caso seja imprescindível, justificar.	
5.1 Haverá solicitação de amostra ANTES ou DEPOIS da homologação do certame, para empresa arrematante?	
Sim	
Se sim, discriminar trâmite (quantidade, prazo, critério análise, etc) para apresentação:	Poderá ser catálogo técnico a ser entregue aos cuidados do demandante técnico.
5.2 No caso de exigência de amostra, sugira qual prazo viável para licitante confeccionar/encaminhar amostra:	
3 dias	
5.3 No caso de solicitação de amostra, é necessário definir OBJETIVAMENTE os critérios de análise para aceitação, além das especificações (exemplo pasta para congresso: analisar zíper sem travamentos, material sem rebarba, costuras retilíneas)	
Todos os itens serão objeto de análise por meio de amostras que deverá ser entregue material ilustrativo de cada item indicado, cuja conformidade com as especificações constantes da tabela será analisada em até 5 dias úteis.	
5.4 Caso o objeto tenha grandes proporções, poderá ser encaminhada um exemplar menor do objeto? (por exemplo no caso de placa de divisória com 2m pode ser encaminhada amostra de 30cm x 30cm)	
Não	
Se sim, qual o tamanho mínimo?	
5.5 Caso a amostra seja aprovada, a unidade poderá ser descontada do quantitativo a ser adquirido?	
Não	
5.6 É prevista marca de referência?	
Sim	
Se sim, a amostra será dispensada caso seja proposta a marca de referência?	Sim
5.7 documentação específica, será exigida documentação específica como material técnico ilustrativo, manual, laudo, certificação como ABNT, etc (indicar qual documento)?	
É permitida a utilização de materiais ilustrativos para as amostras.	

6. Prazo			
6.1 Prazo de entrega		Máximo 45 dias após o recebimento da Nota de Empenho para entrega e instalação, incluída aqui a desinstalação dos equipamentos em 4 das salas.	
6.2. Garantia		12 (doze) meses a partir da data de instalação para todos os equipamentos adquiridos. O prazo para atendimento à garantia on-site por parte da empresa, após solicitação do Tribunal é de 5 (cinco) dias úteis. Para item 13 a garantia mínima devida ser de 2 (dois) anos.	
Ou utilizar a tabela			
Grupo / Item	Descrição sucinta do item	Prazo de garantia	Especificações da garantia
6.3 Prazo de Validade		Não se aplica	
6.4 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)			
A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de: 1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato; 2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e 3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.			

5%	
Justificativa	O não cumprimento do contrato seria de enorme prejuízo para prestação dos serviços de assistência odontológica aos servidores e magistrados.

7. Local e Horário da entrega dos bens		
Endereço:	Rua Dr. Quirino, 1080, 6º andar, Centro, Campinas/SP	
Dias da semana:	De 2ª a 6ª feira	
	Outro:	
Horário:	das 12h as 18h	
No caso de necessidade de agendamento prévio, indicar nomes e telefones e/ou ramais dos contatos:	Entrar em contato com Cíntia, Fernando ou José Carlos, no telefone 19-3231-9500, ramais 2606 ou 2607, ou pelo e-mail saude.adm@trt15.jus.br para agendamento da vistoria, entrega e instalação com, pelo menos, um dia útil de antecedência. Observar limitações quanto ao elevador para transporte dos equipamentos ao 6º andar, cujas medidas internas são 1,32m x1,42m com pé direito de 2,23m	

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
As obrigações a serem explicitadas devem ser em <u>relação ao objeto da contratação</u> , como, por exemplo: - A empresa deverá agendar, com mínimo de 24 horas, a data de entrega do objeto - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, este TRT poderá retirar "X" amostras do objeto contratado para envio a laboratório acreditado para verificação quanto ao atendimento às especificações, como ABNT, qualidade pó de café, etc sendo que as despesas deverão ser arcadas pelo fornecedor.
Especificações:
8.1. Obrigações da Contratante (TRT)
"- O TRT se compromete a efetuar, no prazo estabelecido neste instrumento, o pagamento dos materiais efetivamente fornecidos e recebidos definitivamente pela Secretária de Saúde deste TRT."

8.2. Obrigações da Contratada
<p>"O FORNECEDOR se obriga a :</p> <p>- Realizar visita técnica prévia à instalação com pessoal qualificado para realização de croqui em um dos consultórios, no qual ainda não há nada instalado. Nesse croqui deverão constar as necessidades elétricas e hidráulicas para perfeito funcionamento do equipamento a ser instalado.</p> <p>- Fornecer os produtos em perfeito estado de conservação;</p> <p>- Dispor de meios para armazenamento e transporte dos produtos, garantindo a sua perfeita conservação, conforme as normas técnicas pertinentes e as especificações do fabricante.</p> <p>- Retirar adequadamente, quando for o caso, os equipamentos anteriormente instalados em 4 dos consultórios localizados no 6º andar. Serão retirados os equipamentos que forem ser substituídos pelos novos, e os antigos deverão ser embalados e armazenados na sobreloja do edifício indicado, possibilitando a instalação dos novos equipamentos.</p> <p>- Todos os materiais de descarte resultantes dos serviços de instalação executados pela contratada deverão ser removidos e descartados de forma ambientalmente adequada.</p> <p>- Entregar os equipamentos adquiridos nas dependências do 6º (sexto) andar do edifício indicado, observando as dimensões dos elevadores de 1,32 m x 1,42m com pé direito de 2,23m.</p> <p>- Durante prazo de vigência da garantia realizar manutenções preventivas periódicas a cada 3 (três) meses.</p> <p>- Oferecer garantia "on-site" de 12 (doze) meses e atender aos chamados em ate 5 (cinco) dias úteis sempre com visitas agendadas previamente. Em casos de re Chamado para mesmo problema o prazo é de 3 (três) dias úteis. Nos casos em que seja necessário remoção do equipamento para realização de manutenções corretivas e/ou preventivas, a retirada, transporte e reinstalação ficará a cargo do fornecedor. Toda manutenção realizada deve constar de laudo descritivo dos serviços realizados e peças substituídas, que deverão estar incluídas na garantia. Unica exceção é o item 13 cujo tempo de garantia mínima deve ser 2 (dois) anos.</p> <p>- Não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI da Lei n.º 8.666/1993, salvo se previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério.</p> <p>- Observar todos os protocolos vigentes à época quanto à disseminação do vírus Covid-19 bem como cuidar para que seus colaboradores estejam de posse do comprovante de vacinação quando da prestação de serviço nas dependências do TRT.</p> <p>- Observar as seguintes recomendações, constantes do "Guia Prático para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho (RESOLUÇÃO CSJT Nº 310, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021): A contratada deverá proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305/2010 e o Decreto nº 10.936/2022, vez que o Decreto 5.940/2006 foi recem revogado. Além disso, a contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:</p> <p>a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e</p> <p>b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; • Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; • No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); • Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; • No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); • Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; • No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. <p>RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR</p> <p>- O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do material entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.</p> <p>- O FORNECEDOR será responsabilizado civilmente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos materiais adquiridos.</p> <p>PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO</p> <p>O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema.</p> <p>ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada."</p>

9. Modelo de Execução e de gestão do Contrato
9.1 Definição de etapas de entrega, com cronograma
Não se aplica
9.2 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento
Não se aplica
9.3 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia
Não se aplica

9.4 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do contrato entre órgão e contratada			
Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Secretaria de Saúde
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Outra		

9.5 Forma de recebimento provisório e definitivo

- O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos materiais, atendidas as especificações constantes no edital e apresentadas as respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, ocasião em que será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea "a" da Lei nº 8.666/93.

- O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório ou, contado a partir da instalação quando for o caso, quando será emitido o termo de recebimento definitivo, em consonância com o artigo 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93, apresentada a respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pela Secretaria de Saúde.

- Na ocorrência de qualquer circunstância que desaprove o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades, não podendo o FORNECEDOR, em nenhuma hipótese, interromper os demais fornecimentos eventualmente pendentes, sendo que durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa do FORNECEDOR, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro."

9.6 Forma de pagamento

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

9.7 Sanções

- Fica estabelecida a seguinte multa sobre o valor dos produtos entregues em atraso, contada a partir do prazo final definido neste Termo de Referência, a qual será descontada na fatura por ocasião do pagamento:

- multa de 0,3% (três décimos) por dia.

- As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por cancelamento do ajuste por culpa do FORNECEDOR, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.

- Na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do FORNECEDOR. Inexistindo crédito em favor do FORNECEDOR, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento – AR", sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

- A aplicação da multa estabelecida nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.

- Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao FORNECEDOR o contraditório e a prévia defesa.

- Se o FORNECEDOR não efetuar a entrega dos materiais em até 05 (cinco) dias após o prazo previsto, poderá ensejar, por sua culpa, a rescisão do ajustado.

- A rescisão do ajuste por culpa do FORNECEDOR, por inexecução do ajustado ou pela não entrega dos materiais, implicará pagamento de multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor total adjudicado.

- Os dias em atraso serão contados a partir da data em que a obrigação deveria ter sido satisfeita.

- Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT.

- O prazo para atendimento da garantia por parte da empresa, após solicitação do Tribunal é de 5 (cinco) dias, ficando estabelecida a seguinte multa em caso de atraso no cumprimento do prazo, a qual será descontada na fatura por ocasião do pagamento:

- multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia.

- o limite para imposição de multa para atrasos de qualquer natureza é de 10% do valor do contrato.

10. Forma de Apresentação de Proposta

Conforme tabela, dividida por grupos.

TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO CONTRATOS

Data:	18/02/2022
Número do PROAD aberto	3654/2022
Área Demandante:	Secretaria de Saúde
Área Requisitante:	Secretaria de Saúde

Contratação urgente?	<input type="checkbox"/>	Ata vence nos próximos 4 meses
	<input type="checkbox"/>	Aquisição para serviço específico e urgente
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato
	<input type="checkbox"/>	Outra justificativa:
Contratação não é urgente		

Catálogo (CATMAT/CATSER)

1. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?

Não

1.1 Fundamentação para a opção por SRP:

Não se aplica

1.2 Histórico de consumo:

Não se aplica

1.3 Estimativa de consumo:

Não se aplica

1.4 Quantidade para Consumo Imediato:

Não se aplica

1.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:

Não se aplica

1.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:

Não se aplica

1.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?

Não se aplica

1.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique

Não se aplica

2. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?

Não

Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc):

Não se aplica

3. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)

OBS: caso a descrição for muito longa ou com tabelas, deve ser feita por meio de ANEXO que deverá ser mencionado no item 1.2 (Conforme Anexo X)

1.1 Descrição resumida do Objeto:

Aquisição de equipamentos odontológicos para renovação dos consultórios de atendimento a magistrados, servidores e seus dependentes deste Tribunal.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto:

"Aquisição de equipamentos odontológicos para renovação dos consultórios de atendimento a magistrados, servidores e seus dependentes deste Tribunal. Os produtos deverão ser fornecidos de acordo com as especificações detalhadas, instalados e prontos para uso, inclusive os acessórios necessários para instalação. Para isso os licitantes podem agendar visita técnica para avaliação prévia. Tal visita é facultativa aos licitantes interessados, mas obrigatória ao licitante vencedor do certame para realização de um croqui da instalação.
A empresa contratada deverá substituir os equipamentos novos pelos existentes nos consultórios, promovendo a adequada desinstalação e acondicionamento dos equipamentos desinstalados, transportando-os para a sobreloja do mesmo Edifício Sede Administrativa do Tribunal. Não há exigência de que os equipamentos a serem desinstalados/desmontados sejam embalados em materiais específicos, sendo que a empresa que for contratada ficará responsável pelo acondicionamento adequado dos equipamentos desinstalados, de forma que possam ser transportados até a sobreloja e não fiquem expostos à poeira ou outras coisas que possam prejudicar suas condições de uso, até que tenham a destinação adequada. A empresa vencedora ficará responsável por fornecer todos os materiais a serem utilizados para a embalagem dos equipamentos desinstalados.
A relação com as descrições dos grupos e itens e as especificações dos materiais constam da tabela em anexo (doc. 17)"

Ou utilizar a tabela:

Grupo/ Item	Descrição	Qtde	Unidade	Marca / Modelo de referência	Observações

1.2.1. Informar para quais itens é exigida marca/modelo específico obrigatório (Se sim, a indicação de marca deve ser respaldada de justificativa robusta, como manutenção de padrão já existente, compatibilidade, garantia de equipamentos, etc)

4. LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA DOS BENS

Endereço:

Rua Dr. Quirino, 1080, 6º andar, Centro, Campinas/SP

Dias da semana:

De 2ª a 6ª feira

Outro:

Horário:

das 12h as 18h

No caso de necessidade de agendamento prévio, indicar nomes e telefones e/ou ramais dos contatos:

Entrar em contato com Cíntia, Fernando ou José Carlos, no telefone 19-3231-9500, ramais 2606 ou 2607, ou pelo e-mail saude.adm@trt15.jus.br para agendamento da vistoria, entrega e instalação com, pelo menos, um dia útil de antecedência. Observar limitações quanto ao elevador para transporte dos equipamentos ao 6º andar, cujas medidas internas são 1,32m x1,42m com pé direito de 2,23m

5. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:

Gestor do Contrato:	Sérgio de Oliveira Cordeiro
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Priscila Aguiar Rezende

5.2 Definição de etapas de entrega, com cronograma
Não se aplica

5.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento
Não se aplica

5.4 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do contrato entre órgão e contratada			
Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Secretaria de Saúde
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Outra		

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
<p>"O FORNECEDOR se obriga a :</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizar visita técnica prévia à instalação com pessoal qualificado para realização de croqui em um dos consultórios, no qual ainda não há nada instalado. Nesse croqui deverão constar as necessidades elétricas e hidráulicas para perfeito funcionamento do equipamento a ser instalado. - Fornecer os produtos em perfeito estado de conservação; - Dispor de meios para armazenamento e transporte dos produtos, garantindo a sua perfeita conservação, conforme as normas técnicas pertinentes e as especificações do fabricante. - Retirar adequadamente, quando for o caso, os equipamentos anteriormente instalados em 4 dos consultórios localizados no 6º andar. Serão retirados os equipamentos que forem ser substituídos pelos novos, e os antigos deverão ser embalados e armazenados na sobreloja do edifício indicado, possibilitando a instalação dos novos equipamentos. - Todos os materiais de descarte resultantes dos serviços de instalação executados pela contratada deverão ser removidos e descartados de forma ambientalmente adequada. - Entregar os equipamentos adquiridos nas dependências do 6º (sexto) andar do edifício indicado, observando as dimensões dos elevadores de 1,32 m x 1,42m com pé direito de 2,23m. - Durante prazo de vigência da garantia realizar manutenções preventivas periódicas a cada 3 (três) meses. - Oferecer garantia "on-site" de 12 (doze) meses e atender aos chamados em até 5 (cinco) dias úteis sempre com visitas agendadas previamente. Em casos de chamado para mesmo problema o prazo é de 3 (três) dias úteis. Nos casos em que seja necessário remoção do equipamento para realização de manutenções corretivas e/ou preventivas, a retirada, transporte e reinstalação ficará a cargo do fornecedor. Toda manutenção realizada deve constar de laudo descritivo dos serviços realizados e peças substituídas, que deverão estar incluídas na garantia. Única exceção é o item 13 cujo tempo de garantia mínima deve ser 2 (dois) anos. - Não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI da Lei n.º 8.666/1993, salvo se previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério. - Observar todos os protocolos vigentes à época quanto à disseminação do vírus Covid-19 bem como cuidar para que seus colaboradores estejam de posse do comprovante de vacinação quando da prestação de serviço nas dependências do TRT. - Observar as seguintes recomendações, constantes do "Guia Prático para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho (RESOLUÇÃO CSJT Nº 310, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021): A contratada deverá proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305/2010 e o Decreto nº 10.936/2022, vez que o Decreto 5.940/2006 foi recem revogado. Além disso, a contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições: <ul style="list-style-type: none"> a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e b) Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto: <ul style="list-style-type: none"> • Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; • Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; • No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); • Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; • No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); • Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; • No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. <p>RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR</p> <ul style="list-style-type: none"> - O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do material entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado. - O FORNECEDOR será responsabilizado civilmente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos materiais adquiridos. <p>PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO</p> <p>O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema.</p> <p>ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada."</p>

7. SUSTENTABILIDADE			
Há critérios de sustentabilidade a serem observado?			
Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:			
Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:			
Grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)			
	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)

Gestor do Contrato:	
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Priscila Aguiar Rezende
Fiscal Técnico do Contrato:	Elaine Justino Santos
Fiscal Administrativo	André Luis Tomadão (titular) e Carlos Rodrigues da Silva (suplente)

12. FATURAMENTO

Gestor do Contrato:	Sérgio de Oliveira Cordeiro
----------------------------	-----------------------------

13. FORMA DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos materiais, atendidas as especificações constantes no edital e apresentadas as respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, ocasião em que será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea "a" da Lei nº 8.666/93.

- O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório ou, contado a partir da instalação quando for o caso, quando será emitido o termo de recebimento definitivo, em consonância com o artigo 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93, apresentada a respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pela Secretaria de Saúde.

- Na ocorrência de qualquer circunstância que desaprove o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades, não podendo o FORNECEDOR, em nenhuma hipótese, interromper os demais fornecimentos eventualmente pendentes, sendo que durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa do FORNECEDOR, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro."

14. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

15. PRAZO DE VIGÊNCIA

15.1 Prazo de vigência do contrato a ser firmado e se poderá ser prorrogado.
1 (um ano) para assistência técnica e manutenção sem prorrogação.

15.2 Ações de transição contratual e de encerramento contratual	
Não se aplica	
É necessário sobreposição contratual?	
Não se aplica	
15.2.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação	
Não se aplica	
15.2.2. Devolução de recursos materiais	
Não se aplica	

16. SANÇÕES

- Fica estabelecida a seguinte multa sobre o valor dos produtos entregues em atraso, contada a partir do prazo final definido neste Termo de Referência, a qual será descontada na fatura por ocasião do pagamento:

- multa de 0,3% (três décimos) por dia.
- As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por cancelamento do ajuste por culpa do FORNECEDOR, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.
- Na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do FORNECEDOR. Inexistindo crédito em favor do FORNECEDOR, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento – AR", sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.
- A aplicação da multa estabelecida nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/1993.
- Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao FORNECEDOR o contraditório e a prévia defesa.
- Se o FORNECEDOR não efetuar a entrega dos materiais em até 05 (cinco) dias após o prazo previsto, poderá ensejar, por sua culpa, a rescisão do ajustado.
- A rescisão do ajuste por culpa do FORNECEDOR, por inexecução do ajustado ou pela não entrega dos materiais, implicará pagamento de multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor total adjudicado.
- Os dias em atraso serão contados a partir da data em que a obrigação deveria ter sido satisfeita.
- Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT.
- O prazo para atendimento da garantia por parte da empresa, após solicitação do Tribunal é de 5 (cinco) dias, ficando estabelecida a seguinte multa em caso de atraso no cumprimento do prazo, a qual será descontada na fatura por ocasião do pagamento:
- multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia.
- o limite para imposição de multa para atrasos de qualquer natureza é de 10% do valor do contrato.